Demonstrações Financeiras

Cooperativa Central de Crédito AILOS (anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

30 de junho de 2018 com Relatório do Auditor Independente

(anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	′
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais Demonstrações de sobras ou perdas	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	



Edifício Califórnia Center Rua Dr. Amadeu da Luz, 100 8º Andar - Conj. 801 - Centro 89010-910 - Blumenau, SC, Brasil

Tel: (5547) 2111-0700 Fax: (5547) 2111-0719 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Cooperativas Filiadas da

Cooperativa Central de Crédito Ailos

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Blumenau/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito Ailos, anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED ("Cooperativa Central"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito Ailos em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de agosto de 2018

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC – 2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha

Contador CRC - 1SP214144/O-1

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	30/06/2018	30/06/2017
Circulante	explicativa	2.964.885	2.544.171
Disponibilidades	4	283	68
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.312.842	1.230.328
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.522.953	1.181.329
Relações interfinanceiras	6	31.189	37.640
Relações interdependências	7	47.342	28.516
Operações de crédito	8	21.328	43.352
Outros créditos	9	23.433	18.716
Outros valores e bens	10	5.515	4.222
Não circulante		591.593	508.268
Realizável a longo prazo		562.798	490.106
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	392.854	356.241
Relações interfinanceiras	6	161.384	110.125
Operações de crédito	8	8.560	23.740
Permanente	11	28.795	18.162
Investimentos		3	3
Imobilizado de uso		8.888	5.910
Intangível		19.904	12.249
Total do ativo		3.556.478	3.052.439

Cooperativa Central de Crédito AILOS (Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

	Nota		
Passivo	explicativa	30/06/2018	30/06/2017
Circulante		3.126.585	2.718.682
Depósitos	12	-	2.589.143
Relações interfinanceiras	13	3.055.782	83.882
Relações interdependências	14	3.335	1.867
Obrigações por empréstimos e repasses	15	1.841	909
Outras obrigações	16	65.627	42.881
Não circulante		162.760	119.751
Exigível a longo prazo		162.760	119.751
Depósitos	12	-	8.059
Obrigações por empréstimos e repasses	15	162.209	111.676
Outras obrigações	16	551	16
Patrimônio líquido		267.133	214.006
Capital social	18	267.133	214.006
Total do passivo	<u></u>	3.556.478	3.052.439

Cooperativa Central de Crédito AILOS (Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Demonstrações de sobras ou perdas Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 Em milhares de reais

	Nota		
	explicativa	30/06/2018	30/06/2017
Receitas da intermediação financeira	20	107.062	150.378
Operações de crédito	_	6.338	8.504
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		100.724	141.874
Despesas da intermediação financeira	21	(107.062)	(150.378)
Operações de captação no mercado	_	(102.649)	(146.384)
Operações de empréstimos e repasses		(4.993)	(3.924)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		580	(70)
Resultado bruto da intermediação financeira	_	-	
Outras receitas / despesas operacionais		-	-
Outras receitas operacionais	22	45.672	38.253
Despesas de pessoal	23	(25.270)	(21.604)
Outras despesas administrativas	24	(20.096)	(16.381)
Outras despesas operacionais	22	(306)	(268)
Resultado operacional	_	-	
Sobras / perdas líquidas	- =	-	-

Cooperativa Central de Crédito AlLOS (Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 Em milhares de reais

Eventos	Capital Realizado	Total
Período de 01/01/2017 à 30/06/2017		
Saldo do início do semestre	207.077	207.077
Integralização de capital	6.929	6.929
Saldo final do semestre - 30/06/2017	214.006	214.006
	-	
Período de 01/01/2018 à 30/06/2018		
Saldo do início do semestre	250.068	250.068
Integralização de capital	17.065	17.065
Saldo final do semestre - 30/06/2018	267.133	267.133

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 Em milhares de reais

<u> </u>	30/06/2018	30/06/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do semestre	-	-
Ajustes ao resultado do semestre:		
Depreciação e amortização	3.124	2.925
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	580	(70)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	79	1
Sobras líquidas ajustadas	3.783	2.856
Variações de ativos e passivos		
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	61.756	(110.137)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(60.843)	(281.846)
(Aumento) em relações interfinanceiras ativas	(59.072)	(47.875)
(Aumento) redução em relações interdependências ativas	(6.883)	` 3.449
Redução em operações de crédito	17.543	14.898
(Aumento) em outros créditos	(10.236)	(5.685)
(Aumento) redução em outros valores e bens	` (793)	` 434
Aumento em depósitos	•	335.332
Aumento em relações interfinanceiras passivas	46.837	59.600
Aumento em relações interdependências passivas	1.338	1.128
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	29.668	12.094
Aumento (redução) em outras obrigações passivas	(4.779)	2.987
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	18.319	(12.765)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(2.511)	(504)
Aquisição de intangível	(8.409)	(2.660)
Recebimentos/baixas por imobilizados e intangíveis	1.409	` 272
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.511)	(2.892)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital pelas cooperativas filiadas	17.065	6.929
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	17.065	6.929
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	25.873	(8.728)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	67.707	77.544
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 4)	93.580	68.816

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito AILOS, anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED, ("Cooperativa Central" ou "Central AILOS") constituída em 13/09/2002, é uma instituição financeira, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, tendo por objeto apoiar o desenvolvimento e a integração das suas Cooperativas filiadas, disponibilizando produtos e serviços, fomentando o cooperativismo e supervisionando o cumprimento da legislação e dos seus estatutos sociais.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das cooperativas integrantes do Sistema AILOS, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as cooperativas do Sistema AILOS e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas cooperativas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa Central autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 02 de agosto de 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e aquelas aplicadas às entidades cooperativas, associadas às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são registrados mensalmente, de acordo com o regime de competência que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Aplicações Interfinanceiras e Títulos e valores mobiliários

A carteira está apresentada pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e está segregada no balanço entre ativo circulante e não circulante, efetuadas de acordo com os respectivos prazos de vencimentos dos títulos. As aplicações com liquidez imediata, com o propósito de serem negociadas, independente do prazo de vencimento foram classificadas no ativo circulante. As rendas auferidas de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, operações de crédito e repasses interfinanceiros foram integralmente repassadas às Cooperativas filiadas, assim como as despesas foram custeadas pelas mesmas, conforme previsto no artigo 127 do Regimento Interno.

Títulos privados

O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo:

• Para as Letras Financeiras considera-se a taxa contratada de cada operação

Títulos Públicos

• O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As cotas dos fundos de investimento são atualizadas de acordo com a divulgação do administrador do fundo.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão atualizadas pelas taxas contratadas até a data do balanço e estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Operações de crédito--Continuação

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por, no mínimo, cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, obedecendo-se aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, em especial àqueles definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

f) <u>Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)</u>

São demonstrados pelos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) <u>Investimentos</u>

Compreendem o registro de marca e patente e das cotas junto à Confederação Brasileira de Cooperativas de Crédito - CONFEBRAS.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 11 "Permanente", as quais levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.535/16 do CMN.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo valor de custo e contempla gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 11 "Permanente", de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.534/16 do CMN.

j) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis, com prazos inferiores a 360 dias, estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

I) <u>Depósitos a prazo</u>

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, atualizados pelos encargos exigíveis até 30/06/2018, data em que os depósitos foram resgatados pelas Cooperativas filiadas e mantidos como Centralização Financeira (conta corrente), sendo também acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

m) Relações interfinanceiras

A centralização financeira compreende as sobras de caixa das Cooperativas filiadas não investidos em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses estão atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Provisões para despesas e encargos trabalhistas

As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Carta Circular nº 2.294/92, do Banco Central do Brasil.

q) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

As Provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e divulgados.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

s) Impostos e Contribuições

As Cooperativas Centrais estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 17 % para o período-base compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na elaboração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Caixa e depósitos bancários	283	68
Aplicações interfinanceiras	15.600	10.101
Títulos e valores mobiliários	77.697	58.647
Total	93.580	68.816

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários estão assim compostos e segregados:

a) Composição:

	30/06/2018		30/06/	2017
Composição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos	1.256.261	-	1.230.328	-
Depósitos interfinanceiros	56.581	-	_	-
Operações definitivas LFT	717.949	41.239	337.515	143.125
Letras financeiras	127.957	347.892	115.569	208.108
Cotas de fundos de investimento	677.047	3.723	728.245	5.008
Total	2.835.795	392.854	2.411.657	356.241

b) Segregação por vencimento:

Segregação	30/06/2018	30/06/2017
Com liquidez imediata	2.835.795	2.411.657
A vencer até 1 ano A vencer acima de 1 ano	2.661.519 174.276	1.411.971 999.686
Sem liquidez imediata	392.854	356.241
A vencer acima de 1 ano	392.854	356.241
Total	3.228.649	2.767.898

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

6. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão assim compostas:

a) Composição da carteira de repasses por cooperativa:

	30/0	6/2018	30/06/2017	
		Não		Não
Composição	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Serviço de compensação de cheques e outros papéis	29.446	-	35.913	-
Repasses interfinanceiros	1.752	162.301	1.736	110.833
Viacredi	1.723	128.562	1.724	97.523
Acredicoop	-	9.086	-	2.017
Acentra	-	100	-	-
Credcrea	-	200	-	-
Transpocred	29	2.141	12	166
Credifoz	-	4.980	-	2.915
Crevisc	-	201	-	-
Scrcred	-	2.007	-	-
Evolua	-	1.781	-	1.068
Viacredi Alto Vale	-	13.243	-	7.144
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(9)	(917)	(9)	(708)
Viacredi	(9)	(642)	(9)	(487)
Acredicoop	-	(91)	-	(61)
Acentra	-	(1)	-	-
Credcrea	-	(6)	-	-
Transpocred	-	(21)	-	(5)
Credifoz	-	(50)	-	(87)
Crevisc	-	(2)	-	-
Scrcred	-	(20)	-	-
Evolua	-	(18)	-	(32)
Viacredi Alto Vale	-	(66)	-	(36)
Total	31.189	161.384	37.640	110.125

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

6. Relações interfinanceiras--Continuação

b) Composição da carteira de crédito por níveis de risco:

		30/06/2018		30/06/20	17
Nível de risco	% de provisão	Operações em curso normal	Provisão	Operações em curso normal	Provisão
A B C	0,5 1 3	143.528 20.325 200	(717) (203) (6)	106.392 - 6.177	(532) - (185)
To	otal	164.053	(926)	112.569	(717)

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial Constituição de provisão Reversão de provisão	(878) (200) 152	(611) (112) 6
Saldo final	(926)	(717)

7. Relações interdependências

As relações interdependências estão assim compostas:

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Numerários em custódia de terceiros	47.342	28.516
Total	47.342	28.516

Referem-se a numerários que a Central AILOS possui em custódia de terceiros para suprimentos de caixas e terminais de auto atendimento (TAA) das cooperativas filiadas.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

8. Operações de crédito

A carteira de crédito está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	30/06/2	2018	30/06/2017		
Composição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Empréstimos	19.299	5.003	42.624	20.397	
Acredicoop	6.799	4.876	8.594	9.599	
Credcrea	4.017	4.070	8.719	2.695	
Transpocred	2.645	_	6.911	1.630	
Credifoz	1.276	_	3.334	786	
Credicomin	359	127	359	401	
Crevisc	1.114		3.958	1.645	
Scrcred	1.752	-	7.842	2.747	
Evolua	1.337	-	2.907	894	
Financiamentos	2.317	3.631	1.944	3.963	
Viacredi	1.147	1.612	943	1.882	
Acredicoop	219	285	128	479	
Transpocred	227	105	227	282	
Credifoz	93	37	93	111	
Crevisc	-	465	-	-	
Scrcred	25	273	-	298	
Evolua	52	18	52	59	
Viacredi Alto Vale	554	836	501	852	
Total	21.616	8.634	44.568	24.360	
Provisão para operações de crédito	(288)	(74)	(1.216)	(620)	
Empréstimos	(273)	(50)	(1.192)	(571)	
Acredicoop	(68)	(49)	(258)	(288)	
Credcrea	(1 ²⁰)	` -	(262)	`(81)	
Transpocred	(26)	-	(207)	(49)	
Credifoz	(13)	-	(100)	(24)	
Credicomin	(4)	(1)	(3)	(3)	
Crevisc	(11)	-	(40)	(16)	
Scrcred	(18)	-	(235)	(83)	
Evolua	(13)	-	(87)	(27)	
Financiamentos	(15)	(24)	(24)	(49)	
Viacredi	(6)	(8)	(5)	(9)	
Acredicoop	(2)	(3)	(4)	(14)	
Transpocred	(2)	(1)	(7)	(8)	
Credifoz	(1)	-	(3)	(3)	
Crevisc	-	(5)	-	(9)	
Scrcred		(3)	(2)	(2)	
Evolua	(1)	- (4)	(3)	(4)	
Viacredi Alto Vale	(3)	(4)			
Total	21.328	8.560	43.352	23.740	

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

8. Operações de crédito--Continuação

b) Composição da carteira de crédito por níveis de risco:

		30/06/20)18	30/06/20	17
Nível de risco	% de provisão	Operações em curso normal	Provisão	Operações em curso normal	Provisão
Α	0,5	4.147	(21)	4.177	(21)
В	1	22.086	(221)	6.362	(63)
С	3	4.017	(120)	58.389	(1.752)
To	otal	30.250	(362)	68.928	(1.836)

c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento:

		30/06/2017				
	Vencidas a	Veneides a A vencer				
Setor privado	partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Total da carteira
Intermediação financeira		10.188	11.428	8.634	30.250	68.928

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito:

	30/06/2018	%	30/06/2017	%
Maior 10 maiores seguintes	12.179 18.071	40,3% 59,7%	18.800 50.128	27,27% 72,73%
Total	30.250	100%	68.928	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	(990)	(1.873)
Constituição de provisão	(5)	(253)
Reversão de provisão	633	`29Ó
Saldo final	(362)	(1.836)

Não houve operações baixadas como prejuízo no primeiro semestre de 2018 e primeiro semestre de 2017.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

9. Outros créditos

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

a) Composição

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Adiantamentos e antecipações salariais	1.400	1.162
Adiantamentos para pagamentos nossa conta	44	4
Adiantamento por conta de imobilizações	12	-
Pagamentos a ressarcir	162	114
Devedores diversos – país	1.062	1.230
Centralização financeira a receber	8.251	5.949
Valores a receber cooperativas filiadas	12.891	10.541
Provisão para outros créditos	(389)	(284)
Total	23.433	18.716

b) Movimentação da provisão para outros créditos

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	(350)	_
Constituição de provisão	(39)	(284)
Baixas para prejuízo	-	-
Saldo final	(389)	(284)

A provisão para outros créditos é constituída com base em valores estimados para perda na realização de processos judiciais de cobrança de valores a receber de prestadores de serviços.

10. Outros valores e bens

Os valores classificados no grupo de outros valores e bens estão assim compostos:

30/06/2018	30/06/2017
38 5.477 5.515	27 4.195 4.222
	38

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

11. Permanente

Composição	Taxa anual	Saldo 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo 30/06/2018
Investimentos	-	3	-		-	-	3
Imobilizado de uso		8.443	2.511	(658)	-	(1.408)	8.888
Móveis e equipamentos para utilização futura	-	532	1.107	(645)	(26)	-	968
Imobilizações em curso	-	-	63	-	-	-	63
Instalações	-	521	-	-	-	(65)	456
Móveis e equipamentos de uso	10%	393	214	(5)	2	(49)	555
Sistema de comunicação	10%	119	206	`-	-	(15)	310
Sistema de processamento de dados	20%	6.816	921	(8)	24	(1.273)	6.480
Sistema de segurança	10%	62	-		-	(6)	56
Intangível – Software de uso	20%	13.962	8.409	(751)	-	(1.716)	19.904
Total		22.408	10.920	(1.409)	-	(3.124)	28.795

Composição	Taxa anual	Saldo 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo 30/06/2017
Investimentos		3	-	-	-	-	3
Imobilizado de uso		6.744	504	(272)	-	(1.066)	5.910
Móveis e equipamentos para utilização futura	-	279	252	(262)	(31)	-	238
Imobilizações em curso	-	-	-	=	-	=	-
Instalações	*	696	-	=	-	(92)	604
Móveis e equipamentos de uso	10%	472	34	-	(34)	(47)	425
Sistema de comunicação	10%	139	-	=	` -	(11)	128
Sistema de processamento de dados	20%	5.092	212	(10)	65	(910)	4.449
Sistema de segurança	10%	66	6		-	(6)	66
Intangível - Software de uso	20%	11.448	2.660	-	-	(1.859)	12.249
Total		18.195	3.164	(272)	_	(2.925)	18.162

A vida útil das instalações é definida conforme prazo de locação imóvel.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração efetuou analise de recuperabilidade dos seus ativos no semestre findo em 30 de junho de 2018 e não identificou a necessidade constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

12. Depósitos

Os Recibos de Depósitos Cooperativos - RDC aplicados pelas Cooperativas filiadas até 30/06/2017, foram remunerados pela taxa de juros na razão de 99,5% do CDI do período aplicado.

A partir de julho de 2017, por deliberação do Conselho de Administração da Central AILOS registrada na ATA n° 184, realizada em 22 de junho de 2017, os Recibos de Depósitos Cooperativos - RDC, foram resgatados e mantidos como Centralização Financeira, classificada no grupo de Relações Interfinanceiras (Nota explicativa 13).

Composição:	30/	06/2018	30/06/2017		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Recibo Depósito Cooperativo – RDC Pós		-	2.589.143	8.059	
Total	-	-	2.589.143	8.059	

13. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão apresentadas a seguir:

<u>Instituição</u>	30/06/2018	30/06/2017
Obrigação junto a participantes de sistema de liquidação e arranjo de pagamento _	36.699	35.907
Centralização financeira - conta corrente cooperativas filiadas	3.019.083	47.975
Viacredi	2.271.288	23,712
Acredicoop	27.755	1.632
Acentra	14.831	792
Credifiesc	66.447	3.403
Credcrea	141.735	3.036
Credelesc	18.517	1.044
Transpocred	87.109	3.787
Credifoz	65.063	2.213
Credicomin	32.443	628
Crevisc	22.493	538
Scrcred	41.446	2.190
Evolua	46.528	2.433
Viacredi Alto Vale	183.428	2.567
Total	3.055.782	83.882

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

13. Relações interfinanceiras--Continuação

A centralização financeira compreende as sobras de caixa das cooperativas filiadas que são transferidas para Cooperativa Central. Estes recursos possuem liquidez imediata, e foram remunerados, na média, pela taxa de juros na razão de 99,5% do CDI no 1º semestre de 2017 e de 100,3% do CDI no 1º semestre de 2018.

14. Relações interdependências

Compreendem a centralização dos recursos de concessionários de serviços públicos e privados recebidos pelas Cooperativas filiadas, através do convênio AILOS, a serem repassados a estes posteriormente.

Convênios	30/06/2018	30/06/2017
Concessionários de serviços públicos Outros	3.194 141	1.684 183
Total	3.335	1.867

15. Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados no quadro abaixo:

a) Composição:

	30/06/2018		30/06	/2017
<u>Instituição</u>	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Repasses BNDES – Finame	300	1.778	82	394
Repasses BNDES – Microcrédito	-	158.249	-	107.101
Obrigações por repasses - CEF	1.541	2.182	827	4.181
Total	1.841	162.209	909	111.676

O grupo obrigações por empréstimos e repasses refere-se a recursos tomados junto as instituições financeiras citadas acima, com vencimentos até dezembro de 2027. Os encargos financeiros são calculados tomando-se por base taxas prefixadas ou pós-fixadas, como a TJLP e TLP.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

15. Obrigações por empréstimos e repasses--Continuação

b) <u>Segregação por vencimentos:</u>

Em 30 de junho de 2018 as parcelas do não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Saldo
2019	916
2020	8.018
2021	25.759
2022	40.428
2023	44.133
2024	29.089
2025	11.894
2026	1.865
2027	107
Total	162.209

16. Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no passivo do grupo de outras obrigações, estão assim compostas:

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Circulante		
Recebimento de tributos estaduais e municipais	1.054	1.113
Impostos e contribuições a recolher	1.772	1.360
Despesas de pessoal	8.418	7.375
Provisão para despesas administrativas	643	295
Rateio da receita de centralização a repassar às cooperativas filiadas	16.982	2.238
Contas a repassar (TIB/numerários)	411	555
Reserva de risco de valores – RRV AILOS	1.621	1.357
Reserva de risco de valores – RRVTA AILOS	1.309	1.100
Fornecedores	5.889	3.027
Fundo garantidor de depósitos – FGCECRED	-	16.464
REFAP AILOS	19.977	5.252
Reserva de Risco de Fraudes Eletrônicas – RRF AILOS	1.283	914
Créditos interbancários - numerários a repassar	5.639	-
Credores diversos	629	1.831
Não circulante		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 17)	551	16
Total	66.178	42.897

16. Outras obrigações—Continuação

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

As sobras de caixa das atividades operacionais das Cooperativas Filiadas são transferidas diariamente para Central AILOS a título de centralização financeira. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e emprestados para as Cooperativas Filiadas para o financiamento das suas atividades. As rendas auferidas nestas transações, descontadas as despesas com provisão de crédito, compõem o saldo de rateio de receita a repassar as Cooperativas Filiadas no mês subsequente a apuração.

A Central AILOS administra a Reserva de Fomento para Projetos Estratégicos – REFAP AILOS. A sua formação advém de contribuições mensais e extraordinárias das Cooperativas Filiadas e tem por objetivo a constituição e manutenção de uma reserva financeira, com a finalidade de viabilizar a constituição ou filiação de nova Cooperativa, a expansão de Cooperativas Filiadas, a abertura de novos postos de atendimento ou ainda levar a termo outros projetos estratégicos de interesse do Sistema AILOS e, em caráter excepcional, viabilizar a recuperação de Cooperativa Filiada.

17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cooperativa Central é parte de diversos processos judiciais e administrativos, e de riscos fiscais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados nos quadros a seguir, conforme a natureza dos passivos.

	Probabilidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	
Natureza	de Perda	de Perda	30/06/2018	30/06/2017
Trabalhista	Provável	399	399	-
Cível	Provável	152	152	16
Total		551	551	16

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas—Continuação

Movimentação	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	472	15
Baixa por pagamento	-	-
Constituição (reversão) de provisão	79	1
Saldo final	551	16

Em 30 de junho de 2018, as ações diagnosticadas como possível perda totalizaram R\$ 466 (em 30 de junho de 2017 o saldo era de R\$ 488).

18. Patrimônio líquido

O capital social está representado pela participação de 13 cooperativas filiadas no semestre findo e está assim composto:

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	250.068	207.077
Integralização	17.065	6.929
Capital social	267.133	214.006
Total de associados	13	13

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

19. Partes relacionadas

a) Instituições relacionadas

A Cooperativa Central possui operações com as cooperativas filiadas conforme apresentado abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Ativo		
Relações interfinanceiras – centralização financeira (Nota 6)	163.127	111.852
Operações de crédito (Nota 8)	29.888	67.092
Outros créditos (Nota 9)	12.891	10.541
Passivo		
Depósitos (Nota 12)	-	2.597.202
Relações interfinanceiras (Nota 13)	3.019.083	47.975
Outras obrigações (Nota 16)	16.982	2.238
Capital social (Nota 18)	267.133	214.006
Receitas		
Rendas de operações de crédito (Nota 20)	1.342	4.579
Recuperação de encargos e despesas (Nota 22)	45.672	38.253
Rendas de repasses interfinanceiros (Nota 20)	4.996	3.925
Despesas		
Despesas de captação (Nota 21)	-	(131.403)
Dispêndios de depósitos intercooperativos (Nota 21)	(102.649)	(14.981)

b) Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da administração da Cooperativa Central abrange os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e da Diretoria Executiva, os quais têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Instituição. Em cumprimento ao pronunciamento técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas, bem como a Política de Governança do Sistema AILOS, divulgamos abaixo o montante dos valores referentes aos honorários, cédula de presença e gratificações realizada aos mesmos na competência do semestre findo.

	30/06/2018		30/06/2017			
Natureza	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
N⁰ de membros	13	6	4	15	6	4
Honorários / Cédula de Presença / Gratificações	503	69	747	404	70	676

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

20. Receitas da intermediação financeira

	30/06/2018	30/06/2017
Operações de crédito	6.338	8.504
Rendas de operações de crédito	1.342	4.579
Rendas de repasses interfinanceiros	4.996	3.925
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	100.724	141.874
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	42.712	61.323
Rendas de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	58.012	80.551
Total	107.062	150.378

21. Despesas da intermediação financeira

	30/06/2018	30/06/2017
Operações de captação no mercado	(102.649)	(146.384)
Despesas de captação	-	(131.404)
Dispêndios de depósitos intercooperativos	(102.649)	(14.980)
Operações de empréstimos e repasses	(4.993)	(3.924)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	580	(70)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8)	(265)
Reversão de provisões operacionais	588	195
Total	(107.062)	(150.378)

22. Outras receitas/despesas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Outras receitas operacionais	45.672	38.253
Recuperação de encargos e despesas	45.672	38.253
Outras despesas operacionais	(306)	(268)
Outras despesas operacionais	(262)	(268)
Despesas de provisões passivas	(44)	-
Total	45.366	37.985

Conforme artigo 127 de Regimento Interno, as despesas da Cooperativa Central, observando o orçamento aprovado, são custeadas e suportadas pelas Cooperativas Filiadas, sendo registrado como recuperação de encargos e despesas.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

23. Despesas de pessoal

	30/06/2018	30/06/2017
Composição		
Despesas de honorários	(1.043)	(1.149)
Benefícios	(4.405)	(4.066)
Encargos sociais	(4.665)	(3.907)
Proventos	(12.315)	(10.161)
Treinamentos	(475)	(295)
PPR	(2.245)	(1.926)
Contribuição ao PIS/PASEP	(122)	(100)
Total	(25.270)	(21.604)

24. Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Composição		
Despesas de água, energia e gás	(198)	(180)
Despesas de aluguéis	(886)	(832)
Despesas de comunicações	(1.496)	(1.366)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(713)	(229)
Despesas de material	(140)	(104)
Despesas de processamento de dados	(9.313)	(5.703)
Despesas de promoções e relações públicas	(452)	(160)
Despesas de propaganda e publicidade	(544)	(167)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(238)	(206)
Despesas de serviços de terceiros	(354)	(1.300)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(169)	(144)
Despesas de serviço técnico especializado	(1.766)	(2.477)
Despesas de viagem no país	(317)	(245)
Despesas de amortização	(1.715)	(1.859)
Despesas de depreciação	(1.409)	(1.069)
Outras despesas administrativas	(386)	(340)
Total	(20.096)	(16.381)

25. Índices de Basiléia e de imobilizado

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência ("PR"), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

25. Índices de Basiléia e de imobilizado--Continuação

Limites operacionais	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de referência	247.229	204.401
Patrimônio mínimo exigido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) Índice de Basileia	63.717 33,47%	50.998 37,07%
Patrimônio mínimo exigido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) + RBAN Índice Basileia com RBan	63.785 33,43%	51.231 36,91%
Situação do limite de imobilização Índice de imobilização	8.891 3,60%	8.558 4,19%

26. Seguros

A Cooperativa Central mantém contratos de seguro patrimonial e seguro de responsabilidade civil, os quais são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros com perdas de valores da Cooperativa, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa Central sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações de acordo com a resolução nº 4512/16 do CMN estão assim compostas:

Coobrigações e riscos em garantias prestadas	30/06/2018	30/06/2017
Outras fianças bancarias	120.200	120.211
Microcrédito BRDE	113.363	112.422
Procapcred BRDE	6.837	7.789
Outras garantias financeiras prestadas	950.604	724.811
Microcrédito DIM - Bradesco	125.389	128.297
Microcrédito DIM - Banco do Brasil	-	11.059
Microcrédito DIM - Santander	-	10.154
Cartão Bancoob	817.735	564.572
Cartão Banco do Brasil	7.480	10.729
Total	1.070.804	845.022

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

27. Coobrigações e riscos em garantias prestadas--Continuação

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos cooperados através das cooperativas filiadas, em que a cooperativa Central é intermediadora e garantidora por força de contrato firmado entre as partes.

28. Gerenciamento de Riscos

O Sistema AILOS considera o gerenciamento de riscos estratégico e fundamental para a condução das atividades e negócios. A Cooperativa conta com uma estrutura de Gestão de Riscos adequada ao seu tamanho e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, em consonância com as Resoluções CMN nº 4.606/17, 4.557/17 e 4.595/17. Entre os principais riscos inerentes ao negócio da Cooperativa destacam-se:

Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional envolve um fluxo contínuo, visando identificar, avaliar, controlar, monitorar e reportar os riscos associados ao Sistema AILOS, com a finalidade de salvaguardar o Sistema AILOS e seus cooperados, otimizando a relação risco versus retorno.

Risco de mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária

O gerenciamento do risco de mercado avalia a volatilidade nos valores de mercado dos instrumentos financeiros aplicados na centralização financeira, objetivando a otimização da relação entre risco e retorno valendo-se de estrutura com limites, modelos e ferramentas de gestão de acordo com as políticas estabelecidas pelo Sistema AILOS.

Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez avalia a capacidade em honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar as operações diárias.

Risco de crédito

O gerenciamento do Risco de Crédito monitora a qualidade da carteira de crédito do Sistema AILOS, de acordo com as políticas e limites estabelecidos, em aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Para o cumprimento das ações relacionadas ao gerenciamento de Risco de Crédito, são observados os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, tais como concentração, garantias e prazos, visando assegurar a qualidade da carteira.

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

28. Gerenciamento de Riscos--Continuação

Risco socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental avalia o risco decorrente de danos ambientais causados pela Cooperativa no desenvolvimento de suas atividades, ou por ações de tomadores de crédito, fornecedores e/ou seus prestadores de serviços, com práticas que prezem pelo equilíbrio nas dimensões econômica, social e ambientalmente.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do Sistema AILOS tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para manter a estrutura de gerenciamento capital compatível com a dimensão e exposição a riscos do Sistema AILOS, assim como manter níveis adequados dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal da Central AILOS e das Cooperativas Filiadas.

Risco de conformidade

O gerenciamento do risco de conformidade, ocorre de forma integrada com os demais riscos, visando identificar, mensurar e monitorar eventuais não conformidades, em aderência às determinações legais, regulamentares, normativas e procedimentais, tanto externas quanto internas, além de disseminar a cultura e a prática de conformidade.

Informações adicionais

O relatório completo com a estrutura de gerenciamento de riscos do Sistema AILOS está disponível no site da Cooperativa Central, no caminho "Conheça-nos / Governança Cooperativa / Gerenciamento de Riscos e no site da Cooperativa Filiada, no caminho "Sua Cooperativa / Governança Cooperativa / Gerenciamento de Riscos".

(Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Moacir Krambeck Presidente do Conselho de Administração Ivo Bracht Diretor Executivo

Márcio Alexandre Obata Queiroz Diretor de Controladoria Cooperativa Central de Crédito - AILOS Marcos Roberto Linhares Imme Contador Responsável

CRC SC: 025638/O-8 CPF: 028.326.629-51